



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazôniaas, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

CONCEPÇÕES DE LÍNGUA EM CONTEXTOS DE EMERGÊNCIA ÉTNICA

Sâmela Ramos da Silva¹

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada em 2011 com o povo Munduruku na aldeia Taquara, e se insere em um contexto de estudo de povos resistentes que reivindicam sua filiação étnica, conhecidos pela Antropologia como povos emergentes (ARRUTI, 1997; BARTOLOMÉ, 2006). Propõe uma discussão acerca das práticas identitárias e suas relações com concepções de língua hegemônicas e como elas emergem em processos de resistência.

Inicialmente, fazemos uma breve contextualização histórica do povo Munduruku de forma ampla, para em seguida, nos referirmos aos que estão na aldeia Taquara, enfatizando, principalmente, o processo de reelaboração de suas identidades étnicas.

Na próxima seção, tratamos das concepções de língua que gostaríamos de discutir, problematizadas por Makoni e Pennycook (2007); Souza (2007); Mignolo (2003; 2009), Oliveira e Pinto (2011). Esses autores e autoras nos chamam atenção para o fato de que as concepções de língua foram construídas e manipuladas como parte dos projetos cristão/colonial e nacionalistas em diferentes partes do globo. A partir dessa entrada teórica, na seção seguinte, construímos reflexões sobre a apropriação desses conceitos pelos Munduruku em Taquara e como o construto “língua” tem constituído parte importante na sua reorganização étnica.

¹ Mestra em Linguística pela Universidade Federal de Goiás, doutoranda em Linguística na Universidade Estadual de Campinas, e professora da Universidade Federal do Amapá. samelaramossilva@gmail.com.



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônia, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO POVO MUNDURUKU

O povo Munduruku tem se fixado desde o alto rio Tapajós até o baixo rio Amazonas, concentrados nos estados de Amazonas, Pará e Mato Grosso. No Amazonas estão ao leste, rio Canumã, município de Nova Olinda; e próximo à Transamazônica, município de Borba. No estado do Pará, concentram-se a sudoeste, calha e afluentes do rio Tapajós, nos municípios de Belterra, Santarém, Itaituba e Jacareacanga. Já no Mato Grosso estão ao norte, região do rio dos Peixes, município de Juara.

Segundo dados da FUNASA, disponibilizados no site do Instituto Socioambiental, a população total dos Munduruku é de 11.630. No entanto, esse número pode ser maior do que o divulgado, já que existem áreas não atendidas pela FUNASA, como as Terras Indígenas Bragança/Marituba e Taquara.

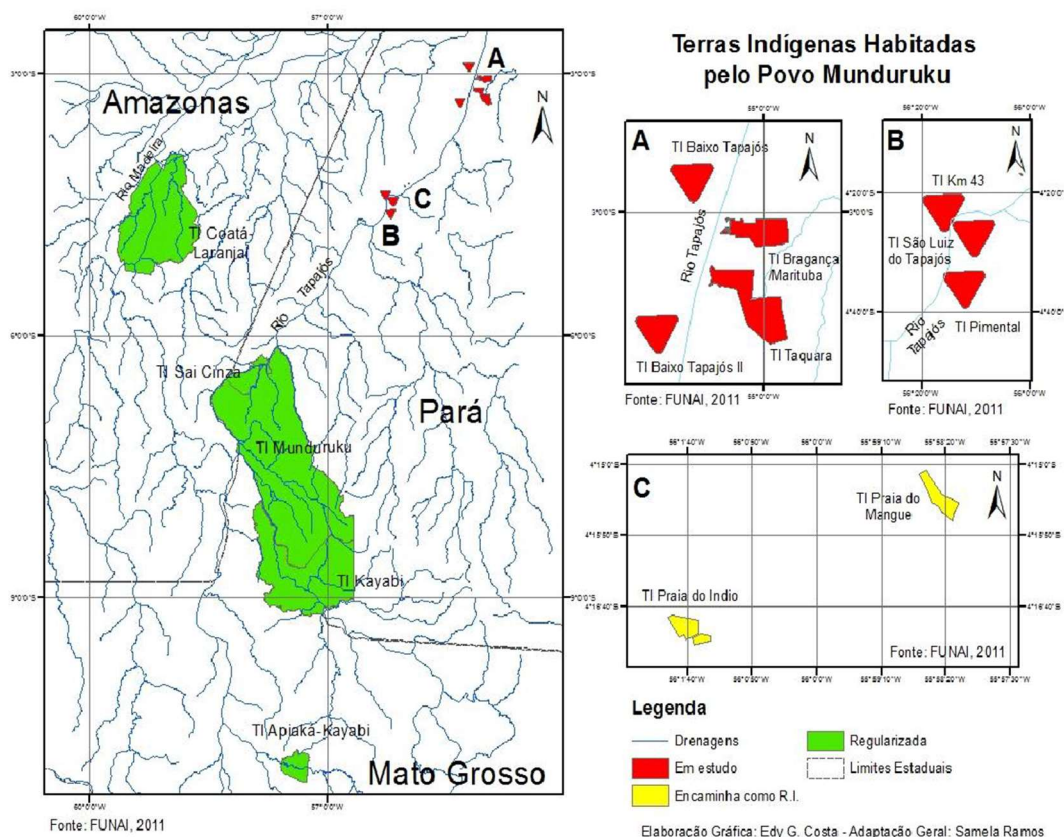


Figura 1: Terras Indígenas do povo Munduruku



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

entanto, queremos refletir sobre a ação desse dispositivo na vida de povos indígenas falantes de outra língua que não é sua língua originária. Assim, é latente a constatação de que para terem sua identidade reconhecida, a língua é um traço diacrítico fundamental. As inúmeras estratégias de negação de identidades resistentes não consideram o processo de desintegração étnica, como por exemplo, as políticas linguísticas que aniquilaram suas práticas linguísticas originárias, e continuam a requerer a manutenção/existência de suas línguas originárias.

Segundo Oliverira e Pinto (2011) a representação dessa exigência pode ser encontrada na própria Constituição de 1988, "onde ter direito a sua língua" é também "tenha uma língua diferente do português para que eu te reconheça como indígena" (p. 329).

Assim, mesmo que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Povos indígenas e Tribais, de 1989, diga no seu art. 2: "**A consciência de sua identidade indígena** ou tribal deverá ser tida como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam", a autoidentificação ainda não é um critério facilmente aceito no Brasil. As comunidades indígenas que atravessam esse processo de reconhecimento de sua identidade são interpelados e cobrados quanto a sua língua indígena.

Para grupos indígenas como os Munduruku em Taquara, que não falam uma língua indígena, caso comum entre os povos resistentes que reivindicam o reconhecimento de suas identidades étnicas, não ter uma língua indígena é mais um aspecto usado por aqueles que contestam sua existência enquanto indígenas.

Então, poderíamos afirmar que reaprender a língua, saber a língua indígena, é uma espécie de "prova" da identidade étnica, uma prova que a própria sociedade não-indígena cobra e a comunidade se vê obrigada a dar. Para Oliveira e Pinto (2011, p. 324), "o conceito de língua elaborado com a noção de gramática e identidade não tem validade, porque não condiz com as vivências indígenas, não está significado em suas práticas e contextos".



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

Desse modo, língua e palavra são produtos de práticas discursivas. A senhora Joelma (neta do pajé Laurelino) nos contou de sua vontade de aprender a “língua original”. Os mais velhos têm uma relação de proximidade em entender o valor simbólico, contato com a ancestralidade, saber mais sobre sua origem. Aprender a língua para os mais velhos é se reconectar com o passado na construção de um presente, como me diz Joelma: “gostaria muito de saber me comunicar em Munduruku”.

Em nossa pesquisa, evidenciamos que a preocupação em saber a língua originária também se relaciona com a cobrança exercida pela sociedade brasileira, como forma de legitimar ou não sua origem étnica. Reaprender a língua, saber a língua indígena, é uma espécie de “prova” da identidade étnica:

A importância da língua materna é porque...é o que...vamos supor, você tem um título, vai votar, mas aí eles pedem uma identidade onde comprova...o foto... E a língua materna do índio, ele comprova sua IDENTIDADE, então, quer dizer que mostra o que você é... Então, se você é Munduruku você tem que dizer que você é, mas também mostrar que você fala a própria língua materna, conhecer, né? Então, (...) alguém que vai dizer, “não, tu é ÍNDIO”, se eu digo que eu não SOU. Então, se eu dizer que eu SOU, eu provo como dizer que eu SOU ÍNDIO, porque eu falo a minha própria língua, né?...não tem porque tá fugindo da realidade (Cacique Francisco de Assis).

Há uma relação de “diálogo” com o “conceito língua como produtora de identidade que foi construído e imposto pela sociedade não indígena, e ao mesmo tempo estão dialogando com a violência das práticas de destruição de sua sociedade por processos como a imposição de outra língua” (OLIVEIRA; PINTO, 2011, p. 329, grifos das autoras).

Nas palavras do Cacique Francisco de Assis, entende-se que há necessidade de traços distintivos que possam os diferenciar da sociedade majoritária, caso contrário, o que lhes cabe é somente ser considerado um ribeirinho possivelmente “descendente de indígenas”, ou que tem uma cultura resultado de um processo de assimilação. Não se trata de “índio puro”, termo bastante disseminado



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

para se tratar de um índio “verdadeiro” ou que “preserva” sua cultura, como se cultura e identidade pertencessem a uma categoria estática e delimitável.

Assim, há um esforço linguístico na tentativa de reaprender sua língua originária como resposta à exigência da sociedade e do Estado. Ao mesmo tempo, há uma proximidade afetiva com a língua Munduruku,

(...) é por causa que se a gente ser indígena, por exemplo, nós somos Munduruku, se nunca a gente descobrisse assim...que falar Munduruku é importante, não teria sentido, né?...a gente tem que ter assim...um fundamento, ser aquilo e praticar o que é também. [...] Aí o maior sonho era um dia conseguir aprender a falar Munduruku (Francineide Cruz).

Essa fala se harmoniza com o que vemos nas posturas do senhor Antônio Nazário e senhora Hermita. Observamos a mesma relação nas conversas com estes anciãos. O senhor Antônio Nazário, quando perguntado sobre a importância de se aprender a língua Munduruku, nos diz:

(...) Pra mim é uma coisa, se eu ainda fosse mais novo, eu ainda ia aprender...minha língua, minha língua, a língua materna. Mas ((INC)) é muito importante porque...é muito importante aprender a língua Munduruku, a língua indígena né. Porque como é que nós corre, muitas pessoas corre atrás do inglês, e deixa a nossa própria língua pra querer a outra?

“Aprender a minha língua, a língua materna”, nas palavras do ancião Antônio Nazário também expressa a relação de proximidade/afetividade com ela. Apesar de não ser falante de Munduruku, seu discurso caminha na tentativa de comprovar que a sua língua “própria língua” era uma língua indígena.

Nas palavras do cacique Francisco de Assis,

(...) começamos a conhecer a realidade da língua ((falando sobre a língua Munduruku)) que é mesmo nossa, que nós começamos a aprender, porque foi uma parte que o...que a outra classe nos tirou, o nosso conhecimento da língua materna. Quer dizer, em modo geral... assim... ROUBOU a nossa língua para que nós não pudéssemos mais falar ela...conhecer (...) (Cacique Francisco de Assis).



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

de viver e ser dos povos colonizados dentro de uma perspectiva da colonialidade do poder/saber.

A epistemologia ocidental produziu uma série de concepções sobre o outro. Os povos nativos colonizados foram categorizados como sub-seres a partir de concepções desumanizadoras, racializadas e inferiorizadoras. Por muito tempo, os Munduruku em Taquara negavam sua filiação étnica, apesar dos relatos de suas origens continuarem vivos na memória dos anciãos. A memória do pajé Laurelino também foi acessada por eles nesse processo de reorganização étnica.

Assim, quando os Munduruku dizem que saber sua língua indígena é importante, e expressam uma relação de proximidade afetiva com uma língua que chamam de materna, apesar de não a usarem amplamente em suas práticas discursivas, estão apropriando e transformando conceitos hegemônicos, deslocando e desconstruindo noções de subalternização de suas línguas.

O ato de resistência se instaura na confirmação de um pertencimento étnico tido como extinto, na consciência da privação de suas práticas indígenas, e ainda, na categorização dessas práticas como cabocla ou ribeirinha. Assim, no curso de uma revitalização de práticas indígenas, nos deparamos com a língua Munduruku sendo significada através de uma dimensão identitária, como um aspecto do qual se lança mão na reafirmação étnica.

O projeto decolonial, contra-hegemônico, implementado em Taquara, trata-se de um projeto político que se constrói em torno do resgate da língua Munduruku, da revitalização de outras práticas, como cantos, rituais, pinturas corporais, reorganização política por meio das assembleias, que constituem um amplo contexto de práticas indígenas. A estratégia de aprendizado da língua Munduruku é mais uma, dentre outras práticas que não deixaram de serem realizadas e que estão relacionadas a um modo indígena originário.

Para finalizar, dizemos que a luta pela superação da subalternização dos quais foram vítimas nossos parentes, e do qual, ainda somos, mantém-se viva cada



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazôniaas, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

vez que resistimos contra o silenciamento, o que reaviva o sentimento e a dignidade de ser indígena.

6 REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício Andion. **A Emergência dos Remanescentes**. Mana. Out. 1997, vol. 3, nº2, p. 7-38. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2439.pdf>>. Acesso em 11 de outubro de 2012.

BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. **Educação bilíngue, linguística e missionários**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.63, jul./set. 1994.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político**. Mana. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100002> Acesso em 14 de maio de 2012

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAJIGAS-ROTUNDO, Juan Camilo. **La biocolonialidad del poder: Amazonia, Biodiversidad y Ecocapitalismo**. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (Ed.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 169-193.

CASTRO-GOMÉZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Instituto Pensar, Universidad Javerina, Colombia, 2005.

IORIS, Edviges. **A Forest of Disputes: Struggles Over Spaces, Resources and Social Identities in Amazônia**. Tese (Doutorado em Antropologia). University of Florida, Gainesville – FL, 2005.

JÚNIOR, Djalma Gomes Mendes. **Comparação fonológica do Kuruáya com o Mundurukú**. 2007. p. 66. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em:
<http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2135>. Acesso em: 3 de março de 2013.

MAKONI, Sinfree. From misinvention to disinvention of language: multilingualism and the South African Constitution. In: MAKONI, Sinfree; SMITHERMAN, Geneva; BALL, Arnetha F.; SPEARS, Arthur K. (Ed.). **Black Linguistics: language, society and politics in Africa and the Americas**. New York: Routledge, 2003, p. 132-151.



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. **Disinventing and reconstituting languages.** Clevedon: Multilingual Matters, 2007, p. 1-41.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/ Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Tradução: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

OLIVEIRA, E. A.; PINTO, J. P. **Linguajamentos e contra-hegemonias epistêmicas sobre linguagem em produções escritas indígenas.** In: *Linguagem em (Dis)curso*, vol. 11, n.2, mai/ago, 2011, p. 311-35.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** En libro: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p.227-278.

RODRIGUES, Aryon DAI" Igna. **Línguas brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas.** São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SOUZA, Lynn Mario T. M. de. **Entering a culture quietly: writing and cultural survival in indigenous education in Brazil.** In: MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair (Ed.). *Disinventing and reconstituting languages.* Clevedon: Multilingual Matters, 2007, p. 135-169.

VAZ, Florêncio de Almeida. **Pajés e encantados na re-etnicização do interior da Amazônia.** In: *Anais do Congresso Internacional em Ciências da Religião. Programa de Pós-graduação strict sensu em Ciências da Religião, Departamento de Filosofia e Teologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás.* v.1. Goiânia: PUC Goiás, 2011(a), p. (183-203).